

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI Nº 197/2024

**AUTOR:** DEPUTADO FRANZÉ SILVA**RELATOR:** DEPUTADO EVALDO GOMES**I - RELATÓRIO**

O presente Projeto de Lei nº 199 de 22 de outubro de 2024 de autoria do Deputado Estadual Franzé Silva, trata acerca do **reconhecimento de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca - PI**, com sede e foro na cidade de Água Branca – PI.

Encaminhado os autos a esta Comissão, fui designado Relator para efetuar a análise acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta.

É o breve relatório. Passa-se à apreciação.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

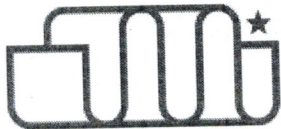
Nos termos do art. 123, inciso I, a, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, recebi a presente proposição para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 197/2024, observando a sua adequação aos princípios e normas previstos na Constituição Federal, Constituição do Estado do Piauí e demais normas jurídicas.

Importa ressaltar que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí dispõe como competência da Comissão de Constituição e Justiça o reconhecimento de utilidade pública. Vejamos o art. 123, I, d:

Art. 123. As Comissões Permanentes desta Assembleia e suas respectivas competências e atribuições são as seguintes:

**I - Comissão de Constituição e Justiça:**

d) assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

essenciais da Justiça, títulos de cidadania e **reconhecimento de utilidade pública;**

O Projeto de Lei faz parte do processo legislativo previsto no art. 75 da Constituição Estadual do Piauí, tendo o deputado estadual competência para legislar acerca da presente matéria, pois não se enquadra nas normas de competência privativa do Chefe do Poder Executivo dispostas no § 2º do mesmo artigo.

*In casu*, o proponente visa reconhecer a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca - PI** como de utilidade pública, estabelecendo os direitos e vantagens da legislação em vigor.

A concessão do título de utilidade pública a entidades, fundações ou associações civis significa o reconhecimento do poder público de que as instituições, em consonância com o seu objetivo social, são sem fins lucrativos e prestadoras de serviços à coletividade. Com este documento, as organizações também podem inscrever-se em editais e estarão aptas a obter recursos públicos.

A Lei Estadual nº 5.447/2005 determina no seu artigo 1º, em rol taxativo, que apenas as sociedades civis, **associações com atividade social, recreativa ou esportiva**, instituições filantrópicas, de pesquisa científica e fins culturais; e fundações constituídas no Estado do Piauí, que sirvam desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública.

Vejamos o artigo 1º da Lei Ordinária nº 5.447/2005:

Art. 1º As sociedades civis, **associações com atividade social, recreativa ou esportiva, instituições filantrópicas, de pesquisa científica e fins culturais; e fundações constituídas no Estado do Piauí**, que sirvam desinteressadamente à coletividade, **poderão ser declaradas de utilidade pública, obedecendo as normas estabelecidas nesta Lei;**

Resta claro que a referida Lei contempla a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca - PI**, visto que é uma instituição que atua na defesa e fomento de direitos sociais constituída no Estado do Piauí, dessa forma,

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

consta no rol taxativo das pessoas jurídicas que poderão ser declaradas utilidade pública.

Dito isto, como a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Água Branca - PI** se trata de uma instituição constituída no Estado do Piauí pode ser reconhecida como utilidade pública.

Por fim, após análise do presente projeto, nota-se que sua proposição está em conformidade com o ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional.

### III - VOTO

Desta forma, voto pela aprovação do projeto em análise.

SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 11 de novembro de 2024.

  
**DEP. EVALDO GOMES**

Relator

